



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (UniCEUB)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (FASA)
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSORA ORIENTADORA: LARA AMORIM

COMO O CORREIO BRAZILIENSE TRATA A QUESTÃO DA SAÚDE INDÍGENA NO BRASIL

Raiana Reis Costa

RA: 20363724

Brasília, maio de 2007

RAIANA REIS COSTA

COMO O CORREIO BRAZILIENSE TRATA A QUESTÃO DA SAÚDE INDÍGENA NO BRASIL

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo do Centro Universitário de Brasília.

Orientadora: Professora Doutora Lara Amorim

Brasília, maio de 2007

RAIANA REIS COSTA

**COMO O CORREIO BRAZILIENSE TRATA A QUESTÃO DA
SAÚDE INDÍGENA NO BRASIL**

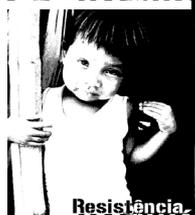
Banca Examinadora

Professora Lara Amorim
Orientadora

Professor Lunde Braghini
Examinador

Professora Cláudia Busato
Examinador

Brasília, maio de 2007



Dedico este trabalho às crianças indígenas que resistem as doenças, tornam-se adultas e buscam superar as adversidades, mantendo viva a cultura indígena e despertando a consciência de sua importância em nossas vidas.

A Antropóloga Lara Amorim, que me direcionou ao longo de todo trabalho e aos profissionais de comunicação que se encontram empenhados e dispostos a dar voz às comunidades indígenas com profundidade.

Resistência



AGRADECIMENTO

À Professora Lara Amorim, pelos ensinamentos no caminho que percorri para construção deste trabalho.

À minha família, razão maior de minha vida, em especial minha mãe, Ana Rita, e meu pai, Raimundo Costa, que foram o meu auxílio nos momentos mais difíceis.

Mais tarde, com a destruição das bases da vida social indígena, a negação de todos os seus valores, o despojo, o cativo, muitíssimos índios deitavam em suas redes e se deixavam morrer, como só eles têm o poder de fazer. Morriam de tristeza, certos de que todo o futuro possível seria a negação mais horrível do passado, uma vida indigna de ser vivida por gente verdadeira.

Darcy Ribeiro

RESUMO

Este trabalho de pesquisa tem como foco principal a abordagem do jornal *Correio Braziliense* sobre a questão da saúde indígena. O trabalho propõe uma análise de cinco matérias, publicadas neste mesmo jornal, datadas dos dias 19, 26 e 27 de janeiro, 26 de março e 18 de outubro de 2006. A partir da análise de conteúdo a respeito dessas reportagens do *Correio Braziliense* busca-se melhor compreensão do seu conteúdo noticioso a respeito das sociedades indígenas. Um dos principais objetivos desta monografia é posicionar um olhar crítico em relação à cobertura da mídia, além de fazer análise a respeito da cultura indígena em aspectos não mostrados pela imprensa e como os meios de comunicação podem estar contribuindo para a melhor socialização dos povos indígenas em sociedades industrializadas. A partir disso, dar mais um passo na tentativa de reparar a dívida histórica que se tem com todas as comunidades indígenas existentes no Brasil. Será também enfatizada a importância da cultura indígena no contexto social brasileiro, ressaltando questões como hierarquia, religiosidade, comportamento, saúde, doenças, inclusão e exclusão social.

Palavras-chave: representação social, sociedades indígenas, Saúde, *Correio Braziliense*, análise de conteúdo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGTC	Conselho Geral da Tribo Ticuna
CGU	Controladoria-Geral da União
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
DICPA	Divisão de Controle de Qualidade e Pesquisa da Água
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
HRAN	Hospital Regional da Asa Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LACEN	Laboratórios Centrais de Saúde Pública
MS	Ministério da Saúde
ONG	Organização não Governamental
PPSMS	Partido Popular Socialista do Mato Grosso do Sul
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
METODOLOGIA.....	10
1 A FORMAÇÃO E O SENTIDO DO BRASIL.....	11
1.1 A primeira expedição.....	12
1.2 Doenças nas tribos.....	13
1.3 A saúde indígena.....	15
1.4 O médico xamã.....	16
1.5 Controle social.....	17
2 A COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	19
2.1 Os meios de comunicação.....	20
2.2 A notícia.....	21
2.3 O jornal impresso no Brasil.....	23
2.4 Correio Braziliense.....	24
3 ANÁLISE DE CONTEÚDO: ANÁLISE DE 5 MATÉRIAS DO CORREIO BRAZILIENSE.....	26
3.1 Títulos e subtítulos.....	27
3.2 Representação das comunidades indígenas.....	29
3.3 Interpretação.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	42
ANEXOS.....	44

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa propor reflexões acerca da forma como os meios de comunicação abordam a questão da saúde indígena na sociedade brasileira atual. O veículo de comunicação impresso diretamente analisado foi o *Correio Braziliense*, no período de um ano (2006). Observa-se deficiência no que diz respeito ao atendimento médico disponível para essas sociedades e a importância da mídia no processo de denunciar esses temas.

A presente pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro ocorre a contextualização histórica, baseada em alguns aspectos referentes às comunidades indígenas. No segundo, são apresentados conceitos a respeito de comunicação social e seus elementos, os quais ajudam a estabelecer relação entre os meios de comunicação, em particular o *Correio Braziliense*, e os povos indígenas, quando esses são citados pelo jornal. No último capítulo é feita breve análise de conteúdo que permite algumas comprovações sobre a hipótese de que há pouco ou quase nenhum espaço para a representação indígena no *Correio Braziliense*.

A primeira matéria – que é pautada em um estudo realizado pelo Ministério da Saúde – revela que a mortalidade nas comunidades indígenas do Brasil é maior entre crianças do que entre idosos índios. Na segunda, quem se pronuncia é a Controladoria-Geral da União, que aponta, por meio de relatório, o superfaturamento que ocorre dentro da Fundação Nacional de Saúde. Destaca, ainda, que o investimento para atender aos índios guaranis-caiouás está sendo desviado. A terceira matéria relata que em Tocantins algumas crianças apinajés estão morrendo por falta de atendimento médico. Os índios dessa tribo denunciam que a água que eles bebem está contaminada e que existe descaso por parte do órgão federal responsável pela saúde dos indígenas. A quarta matéria divulga uma conferência na qual os índios de diversas etnias discutem, na Fundação Nacional de Saúde, o atendimento médico nas aldeias. Na última matéria é a vez das Organizações Não Governamentais tentarem ajudar a diminuir a ocorrência de suicídios crescentes dentro da reserva de Dourado, no Sul do Mato Grosso do Sul, com os índios caiouás.

No último capítulo, além da análise de conteúdo sobre as matérias, houve também, algumas entrevistas de pesquisa exploratória, no intuito de trazer novas reflexões sobre o tema.

METODOLOGIA

O trabalho teve referenciais teóricos adquiridos por meio de bibliografias especializadas sobre as comunidades indígenas, os conceitos de comunicação social, os meios de comunicação, a notícia, o jornal impresso no Brasil e o *Correio Braziliense*.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados os estudos antropológicos de Darcy Ribeiro (1970), Ramos (1995), Melatti (1993, 1979), Coimbra Junior (2000), Santos (2000), Lévi-Strauss (2002), Orlando e Cláudio Villas Bôas (1994), e Wiik (1998).

Dentro das pesquisas sociológicas, Charon (2001), Abdala (2002) e Hall (2003) apresentaram contribuição bastante significativa. Além disso, a presença do contexto histórico abordado pelos autores Nelson Piletti, Claudino Piletti (1997) e Sodré (1999) foi fundamental no desenvolvimento sobre a história do jornal impresso. Para discutir os conceitos de meios de comunicação, com suas respectivas ferramentas, o relato dos pesquisadores e jornalistas Díaz Bordenave (1997), Sousa (2002), Kovach (2003), Rosenstiel (2003) que foram fundamentais.

A análise de conteúdo sobre cinco matérias foi realizada seguindo o método das categorias, dividido em títulos, subtítulos, fontes e a maneira como elas representam as comunidades indígenas, quanto à saúde. Esta análise foi definida a partir da obra *Comunicação de massa*, de Kientz (1973), juntamente com o livro *Análise de conteúdo*, de Bardin (2002).

A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplica a “discursos” diversificados. Seu objetivo consiste na manipulação de mensagens, conteúdos ou expressão desses para evidenciar os indicadores que permitam inferir acerca de outra realidade que não a mensagem. (BARDIN, 2002).

A interpretação feita teve como base tanto as idéias anteriormente levantadas na análise das matérias, quanto na apuração jornalística realizada por esta pesquisa. Esta apuração se desenvolveu a partir de fontes como a do índio Jaime, o indigenista da FUNAI Almir Von Held, a jornalista Isabel, que levou o trabalho a uma reflexão a respeito da relevância do jornal impresso para a divulgação de problemas relacionados à saúde das populações indígenas.

1 A FORMAÇÃO E O SENTIDO DO BRASIL

O objeto desta pesquisa é a representação das sociedades indígenas veiculada pelo jornal *Correio Braziliense*. Para tanto, torna-se necessário fazer breve relato sobre o processo civilizatório do Brasil.

Para os autores Nelson Piletti e Claudino Piletti (1997), em 1500, quando os portugueses chegaram em terras brasileiras, eles avistaram cerca de 5 milhões de índios. Com o intuito de ocupar a nova terra, os colonizadores tiveram de usar o autoritarismo para conseguir seus objetivos. A partir de então, começa a interação entre duas sociedades distintas: brancos e índios.

E assim ocorreu o processo de colonização do Brasil: por meio de uma interação desigual e sem respeito entre dominadores e dominados, juntamente com uma série de conseqüências e acontecimentos que marcaram a história, dando origem ao conceito de “povo brasileiro”, como afirma Darcy Ribeiro (1996):

A forma peculiar do racismo brasileiro decorre de uma situação em que a mestiçagem não é punida mas louvada [...] provavelmente por que o povoamento do Brasil só deu por famílias européias já formadas [...] Nós surgimos, efetivamente, do cruzamento de uns com os poucos brancos com multidões de mulheres índias e negras.

No entanto, para boa parte das pessoas ou autoridades, a imagem ou representação das comunidades indígenas ainda carrega muito preconceito em sua estrutura. Atualmente, não se dá muita importância às questões indígenas e são poucos aqueles que se sensibilizam com a sua história.

De acordo com os irmãos Villas Bôas, Leonardo, Cláudio e Orlando (1995), que foram os principais idealizadores e participantes de um grupo de integração feito em 1941, o processo de integração dos povos indígenas na sociedade nacional deveria ter sido feito de maneira gradual, para, com isso, garantir a sobrevivência física, a identidade e o estilo de vida de cada um dos povos.

Os irmãos Villas Bôas realmente abraçaram a causa indígena, só deixaram o alto Xingu depois de 40 anos, mostrando que a antiga visão que a sociedade nacional tinha dos indígenas era absolutamente equivocada. Os sertanistas demonstraram que as sociedades indígenas não eram selvagens, sem regras e estrutura social, como se narrava na época do descobrimento do Brasil e sim uma

sociedade equilibrada, estável, erguida em sólidos princípios morais e dotada de comportamento ético que sustentava uma organização tribal harmônica.

1.1 A primeira expedição

Segundo Villas Bôas Filho (2006), a primeira expedição se deu na região do alto Rio Xingu, em 1884. Mas só a partir da década de 1940, no governo de Getúlio Vargas, a região começou a ser sistematicamente visitada e explorada.

Dessa forma foi organizada a Expedição Roncador-Xingu, da qual os três irmãos Villas Bôas, paulistas vindos de classe média, eram membros. Essa expedição percorreu regiões inexploradas do Brasil central, com o intuito de desbravá-las e então abrir caminhos para a construção de campos de pouso de emergência. No entanto, com o advento da II Guerra Mundial, alguns temiam que os colonos europeus fossem se deslocar para o interior do Brasil e a ação da expedição era muito mais a defesa da região. Dessa forma foram encerrados os trabalhos no alto Xingu.

Antes disso, a expedição conseguiu manter contato com os povos Xavantes e depois de dois anos também estabeleceram relação com cerca de 14 povos do alto Xingu, com grande diversidade cultural e lingüística.

Cerca de 30 anos antes da realização da expedição Roncador-Xingu, estes povos já estavam sofrendo decréscimo na sua população, devido aos ataques violentos de disenteria, gripe e doenças infecciosas.

Diante dessa situação, os irmãos Villas Bôas decidiram permanecer no Xingu e desenvolveram um programa de proteção aos índios. Eles promoveram contato amistoso e a proteção aos índios moradores das cabeceiras do Rio Xingu. Tudo em função de manter os modos tradicionais e a organização social das sociedades indígenas. Além de possibilitar assistência médica contra doenças que vinham de fora das aldeias.

Os Villas Bôas (1995) defendiam a formação de reservas e parques indígenas que deveriam ser fechados como um tampão, para proteger os índios das sociedades brasileiras. Segundo eles, o processo de integração dos povos

indígenas deveria ser lento sem fazer morrer seu modo de vida. Em 1952 foi elaborado documento legal, junto ao Presidente da República da época, que solicitou a criação do primeiro Parque Nacional Indígena do Xingu, localizado na parte setentrional do estado de Mato Grosso.

Os irmãos estiveram à frente do Parque Nacional do Xingu, adotando medidas sanitárias preventivas nessas terras, além de manter o controle na relação entre os índios pertencentes ao parque e as pessoas estranhas a eles. Garantindo com isso, a sobrevivência das tribos.

Esse intenso trabalho exploratório feito no interior do Brasil possibilitou o panorama de um território até então desconhecido.

1.2 Doenças nas tribos

Apesar das boas intenções dos irmãos Villas Bôas no que se refere à integração entre brancos e sociedades indígenas, essas não foram suficientes para evitar a marginalização e o desaparecimento dos grupos tribais.

Além dos trabalhos desenvolvidos por esses irmãos, houve expedições realizadas de maneira a trazer sacrifícios à antiga densidade indígena. A diminuição da população ianomâmi na Amazonas decorreu principalmente pela luta deles com os brancos, com a redução dos territórios indígenas e por meio das doenças introduzidas pelos conquistadores. Dificultando ainda mais, as chances dessa sociedade sobreviver como grupo cultural autônomo. (RAMOS, 1995).

A aterragem, em 1993, na aldeia de Dorita-teri, no planalto do Siapi, fronteira do Brasil com a Venezuela, retratada pelo pesquisador Tierney (2002), é um dos exemplos da prática predatória do homem branco junto às aldeias indígenas.

Segundo Tierney (2002), tudo começa em setembro de 1995. Sem se fazer anunciar, o renomado Antropólogo Napoleon Chagnon apareceu em Roraima, o estado mais ao norte do Brasil e freqüentemente considerado o mais sem lei da Federação. Apesar de ter feito os ianomâmis se tornarem a tribo indígena mais conhecida em todo o mundo, o Antropólogo causou também muito sofrimento a eles. Em 1988, um antigo presidente da Associação Brasileira de Antropologia o condenou por se referir aos ianomâmis como assassinos inatos. Quando Chagnon tentou ir

visitar uma aldeia brasileira dos ianomâmis, juntamente com uma equipe de filmagem da BBC, foi forçado a cancelar a viagem em virtude de uma oposição acadêmica e uma passeata de protesto contra ele. No entanto, isso tudo se deu antes do início das aventuras do Antropólogo que terminariam com sua expulsão da reserva dos ianomâmis na Venezuela, por decisão judicial, em 30 de setembro de 1993.

Chagnon conseguiu voltar apesar de seu passado suspeito e passou a freqüentar terras americanas contando com a mídia para ter acesso aos ianomâmis. Posava de defensor dos índios e na realidade os estavam destruindo. (TIERNEY, 2002).

A pesquisa seria feita em uma comunidade ianomâmi que estava localizada ao norte do Brasil, situada no pouco explorado planalto de Siapa, na fronteira do Brasil com a Venezuela, nos confins da Amazônia. O que diferenciava esta aldeia das demais era o fato de seus habitantes serem considerados relíquias vivas da cultura pré-histórica. (TIERNEY, 2002).

Mas, por trás disto, está o grande mal que Chagnon causou a todas as tribos com as quais entrou em contato. Tierney ressalta que a questão era delicada, porque através do sangue colhido dos índios para análise feita por um geneticista brasileiro, Chagnon participava também de amplos projetos de coleta de sangue entre tribos da Amazônia, no final da década de 1960.

Na época em que Tierney havia estudado os ianomâmis, em 1989, a aldeia tinha sido apanhada em meio a maior migração em busca de ouro da história. Para se ter uma idéia estavam voando para dentro e para fora das pistas de pouso clandestinas, 45 mil garimpeiros que traziam epidemias, bebidas alcoólicas, armas, prostituição, malária, gripe e hepatite. Tudo isso se encontrava fora de controle: haviam morrido de doenças infecciosas quinhentos ianomâmis.

A partir de números estatísticos, o autor expõe em seu livro que chegou a aproximadamente 95% o número de índios mortos por doenças. Por compartilhar a atração fatal por presentes de metal, os ianomâmis foram sendo envolvidos e trocando seu material sanguíneo por presentes. Segundo Tierney (2002), “a rotina das longas filas para coleta de sangue foi um modo de propagar doenças”. Em nenhum dos volumosos escritos dos cientistas levanta-se a questão de como suas próprias presenças nas aldeias contribuía para o aparecimento das doenças e a quantidade de novos micróbios que fizeram com que fosse dizimada esta população, ressalta Tierney (2002).

Certamente, os metais não foram o único presente aos ianomâmis. Os dados de Chagnon demonstram que doenças infecciosas, incluindo resfriado e malária, desconhecidas no planalto dos ianomâmis, causaram 70% de todas as mortes em sua aldeia de residência, Bisaasi-teri. As guerras foram responsáveis por apenas 15% da mortalidade dos adultos. Menos de 2% dos adultos morreram de velhice, para o autor da obra, um perfil catastrófico comum no primeiro contato. Entretanto, o quadro verdadeiro era muito pior, uma vez que Chagnon não levou em consideração a mortalidade infantil e as mortes de crianças pequenas quase sempre superam em número as dos adultos.

Apesar de tudo, o antropólogo citado no texto ainda conseguiu transportar vacinas com vírus vivos de sarampo para dentro do território ianomâmi, população que era suscetível à vacina. Assim, em um espaço de 48 horas, já tinha ajudado a vacinar a aldeia ianomâmi na Venezuela, que, por coincidência, foi onde começou a epidemia de sarampo e de onde se espalhou.

1.3 A saúde indígena

Percebe-se que desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus até os dias atuais, tem havido muitas mortes nas comunidades indígenas. (MELATTI, 2007).

O resultado da interação das sociedades indígenas com a sociedade urbana é um dos principais motivos desse desgaste, pois trouxe sofrimento para as tribos e debilitou a sua saúde ao longo de todos esses anos desde a colonização do Brasil.

Existem hoje, no País, em torno de 241 etnias, denotando elevada diversidade social e, por conseqüência, um quadro epidemiológico bastante distinto. Neste caso, as crianças menores de cinco anos de idade são as mais atingidas. Trata-se de processo de transição epidemiológica, no qual não só as doenças infecciosas levam as sociedades indígenas à morte, mas também ao surgimento de doenças crônicas ou não transmissíveis, que vão aumentando dentro das aldeias. (COIMBRA, 2000).

Junior Coimbra (Unb Agência, 2005) acrescenta que os hábitos alimentares nas aldeias passam por mudanças: a caça e a pesca não são mais práticas comuns e, com isso, o potencial natural das reservas deixou de ser aproveitado. A cultura

industrializada tira das comunidades indígenas toda a iniciativa de luta, que eles vinham adotando durante todo o tempo como meio de sobrevivência. Com isso, surgem as mudanças em seu hábito alimentar, que passa a ter composição nutricional mais pobre, em relação ao consumido anteriormente, por meio da caça e da pesca.

É por conta da baixa imunidade formada nos organismos de pessoas pertencentes às comunidades indígenas, que provavelmente está ocorrendo crescente mortalidade de crianças em suas aldeias, observada como sendo o dobro da existente no meio urbano.

Para Melatti (1979), nas sociedades Jê, toda e qualquer representação do corpo físico está intimamente ligada ao papel desempenhado no meio social, pois com o surgimento da doença, o corpo fica impossibilitado de interagir com outras sociedades. A debilitação faz com que as pessoas deixem de cumprir seu papel dentro da identidade coletiva, não realizando, com isso, a reprodução no processo de reformulação de novas sociedades.

No caso da saúde, tanto o homem branco como o indígena trata o assunto de maneira diferente.

1.4 O médico xamã

Analisando a maneira como as comunidades indígenas e as sociedades urbanas tratam a questão da saúde dentro de sua estrutura social, pode-se falar na obrigação que as pessoas tem de desempenhar papéis para que se estabeleça convivência harmoniosa entre elas.

No que se refere à saúde dentro de uma sociedade industrializada, o médico é o principal responsável por essa área, estudando as causas das doenças e buscando combatê-las e preveni-las. (BUARQUE, 2001).

Nas tribos indígenas os seus membros também desempenham papéis. No que diz respeito à saúde, o xamã, ou pajé, como é conhecido no Brasil, é quem cuida desses assuntos. É importante lembrar, porém, que o fator fundamental para que alguém exerça um papel, como o de cuidar da saúde de uma sociedade é a

autoridade que ela tem, ou melhor, o conhecimento que ela possui, estando o pajé acima da média, conferindo legitimidade ao exercício do poder. (RAMOS, 1995).

De acordo com Wiik (1998), a prática do xamanismo tinha como prioridade tirar os elementos ou seres do corpo dos doentes durante os ritos de cura, pois esses pensavam estar sendo devorados. As doenças saíam com a execução de rituais e assim as pessoas alcançavam a cura que permitia a sua reintegração na comunidade.

Desta forma, o sistema de cura indígena tem como base o simbolismo que existe dentro de sua religião e o sistema mitológico. Ele está fundamentado, segundo Levi-Strauss (2002), numa organização coerente que pauta as suas concepções e relações dentro do universo.

Neste caso o doente indígena não colocaria a prova a competência do xamã, como ocorre na medicina do homem branco, que é criada em cima de diagnósticos inspirados na comprovação de provas científicas, considerados objetivos e neutros.

Segundo Ramos (1995), quando se trata de cura e fé, não há separação dentro das comunidades indígenas entre as duas áreas. Cada ser faz parte de um todo maior; a ação do mundo transforma a pessoa, ou seja, quando se nutre, se é simultaneamente nutrido e ao agir, o indivíduo pode transformar não só o mundo como também a si mesmo.

Pelas diferenças existentes entre as duas humanidades, foi difícil uma convivência harmoniosa entre conquistadores portugueses e possíveis conquistados índios. O conseqüente resultado desse passado para os dias atuais se reflete principalmente na vida dos índios.

1.5 Controle social

A vida dentro das comunidades indígenas quase sempre foi ameaça pelo contato que eles tiveram com os brancos. A presença dos povos indígenas nas cidades pode ser visto como um dos fatores que contribuíram para isto ocorrer, lembrando que esse processo é antigo, desde muito já se tenta a integração entre as duas comunidades. Ressalte-se que a infiltração do homem branco em tribos por agrupamentos foi o que mais facilitou o contágio de moléstias nas quais as populações indígenas não estavam devidamente imunizadas. (MELATTI, 2007).

Embora o Serviço de Proteção ao Índio tenha sido o primeiro órgão criado por Nilo Peçanha, com o objetivo de absorver a população indígena, ele não conseguiu alcançar com sucesso o seu propósito. Por ser um órgão imposto pelo homem branco, tal serviço acabou sendo visto como dotado de caráter autoritário dificultando a funcionabilidade do projeto. Em 1967, a FUNAI passa a ser o órgão do governo brasileiro ao qual cabe executar a política indigenista no País. (FARIA, 1981).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a FUNASA vem atuando no sentido de superar a política integracionista e assimilacionista dos povos indígenas, que considerava a identidade indígena como condição primitiva e transitória a ser paulatinamente abandonada e substituída pela integração à sociedade não indígena. No entanto, as funções de cuidar da saúde dos povos indígenas a partir de agosto de 1999 foi transferida para a FUNASA, órgão executivo do Ministério da Saúde, responsável por promover a inclusão social mediante ações de saneamento e proteção as sociedades indígenas. (FARIA, 1981).

A mobilização em prol de uma vida melhor para as comunidades indígenas não ficaria restrita apenas a autoridades distantes deles e sim tendo o acompanhamento e manifestação dentro do que chamou Hall (2003) de diáspora ou estratégias que se constituem em lugares potenciais, para que haja resistência às possíveis intervenções ocorridas nas aldeias.

Apesar de em grande parte as sociedades indígenas não terem tido uma boa relação com a sociedade urbana, eles buscaram sempre manter sua maneira própria de ver e se expressar perante o mundo, resistindo as divergências e ao autoritarismo dos não índios.

Na verdade, a sociedade brasileira é um conjunto de várias sociedades forjadas em uma unidade nacional. Nesse contexto, para que a identidade, a imagem e a cultura das sociedades indígenas possam sobreviver ao longo do tempo existe a necessidade de se preservar a autonomia e a integridade da cultura indígena, o que poderia ser feito por meio da comunicação social.

2 A COMUNICAÇÃO SOCIAL

A comunicação – que nada mais é do que um canal pelo qual, os padrões de vida de uma cultura são transmitidos para os indivíduos que venham a pertencer a ela – trata das necessidades da pessoa humana ou do homem social e a partir dela se adquire uma cultura, ou seja, os modos de pensamento, ações, crenças, valores, hábitos e costumes.

A comunicação entre seres humanos, no entanto, tem grande importância e um começo bastante nebuloso como mostra Díaz (1997). Não se sabe ao certo como os homens primitivos ou as sociedades indígenas começaram a se comunicar, entre si. Se foi com gritos, grunhidos, por gestos ou por combinações de todos esses elementos.

O certo foi que o homem sempre buscou encontrar uma maneira de associar um determinado som a gestos, a um certo objeto ou ação, fazendo nascer os signos. Estando com a posse de uma grande quantidade de signos e regras para poder combiná-los o homem cria a linguagem. (DÍAZ, 1997).

A partir da evolução do sistema de linguagem para os meios ou formas que permitissem superar o tempo e até mesmo a distância, o ser humano dá origem a sistemas e instituições mais complexas e informatizadas capazes de ampliar a comunicação. Paralelamente a isto, aprende-se também a distinguir maneiras diferentes de usar a linguagem, em que cada palavra teria a função de indicar algo específico, o homem tenta, com isso, fixar seus signos por meio da linguagem escrita.

Com todos esses desenvolvimentos no campo da comunicação, surge uma sociedade hegemônica, em que existe o predomínio majoritário de um tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra, ou melhor, da burguesia sobre o proletariado e outras classes de trabalhadores.

Para Rocha (1999), no plano intelectual, o ser humano analisa os outros com um olhar carregado de etnocentrismo, ou seja, ver o outro a partir do seu olhar. Ele tem dificuldade de pensar a diferença em todos os planos. Olha com estranheza, medo, hostilidade a tudo que sai do seu padrão de vida. Esses dois planos, tanto o sentimental como o do pensamento, estão ligados à história das sociedades que compõe as percepções e o dia-a-dia das pessoas modernas.

2.1 Os meios de comunicação

Díaz (1997) demonstra que o homem vinha desenvolvendo e adquirindo conhecimento ao longo do tempo para melhorar a sua vida, pois, uma vez que ele se torna agente participante do meio ambiente social, desenvolve, entre outras coisas, os meios de comunicação, que são instrumentos ou formas de conteúdo capazes de possibilitar a realização do processo comunicacional para uma grande quantidade de pessoas.

Os meios de comunicação de massa mais conhecidos são: a televisão, o rádio, o jornal, a revista e a internet.

Contudo, como as sociedades indígenas têm uma economia de subsistência e não de mercado, estão isoladas originalmente dos meios de comunicação, não tendo um bom aproveitamento desses recursos modernos. Mas o contato do povo indígena com a sociedade ocidental deu ao indígena a possibilidade de utilizar esses recursos e se beneficiar quanto a busca da preservação de sua imagem e cultura.

O jornalista, que neste caso, deveria ser mais plural, abordar a diversidade e desempenhar o papel de difundir informação, apenas consegue seguir padrões etnocêntricos, quase sempre voltados para os interesses de quem dominou em épocas passadas e continua dominando. (DÍAZ, 1997).

A partir dessa postura, surgem os questionamentos quanto à credibilidade e a forma de selecionar o que é publicado nos meios de comunicação, e por consequência a influência que este ato tem sobre grande parte da população brasileira.

O jornalista ocupa posição de poder na interação com a sociedade que ele vive, a posição de *status* que ele possui mostra o papel que ele desempenha, e com a utilização do poder, prestígio e vantagens que adquire, ele simplesmente impõe a sua vontade sobre os demais por meio da notícia. (CHARON, 2001).

2.2 A notícia

À medida que aumenta a complexidade nas relações sociais, as organizações tomam consciência da importância da comunicação. Vão se arrumando internamente nas suas salas de imprensa e destacando pessoas que serão os principais promotores dos acontecimentos, fazendo chegar nas redações àquelas informações que eles consideram noticiáveis.

Este agente responsável pela escolha do que deve ou não ser de conhecimento da sociedade é reconhecido como profissional da comunicação, jornalista ou repórter. No entanto, ele carrega consigo um olhar etnocêntrico, em que as profundas distorções a respeito daquilo que é diferente do padrão imposto dentro de sua forma de vida se perpetuam nas emoções, pensamentos, imagens e representações que se faz principalmente das sociedades indígenas por intermédio das notícias.

Para Sousa (2002), existe uma reflexão que une os diversos fenômenos genericamente chamados de acontecimentos, nos quais seria possível encontrar um caráter de notoriedade, sendo que os contextos sociais, históricos e culturais determinam essa notoriedade. No entanto, a realidade proveniente dos acontecimentos, quando é contada, torna-se manipulável, pois permite que o seu tratamento, por meio de determinadas linguagens – neste caso, a linguagem da escrita e a linguagem da imagem – comuns a um determinado público, para que em seguida seja comunicada, e, a partir daí, torne-se referência nos discursos jornalísticos.

Com o mundo industrializado surgem exemplos de possíveis formas de comunicação ao alcance de todos, a imprensa que difunde e uniformiza as novas maneiras e estilos culturais. Além disso, os meios de comunicação são acima de tudo formadores de opinião, tendo papel social importante a desempenhar na responsabilidade pública de bem informar, sem distorcer os fatos e mostrar o que precisa ser mostrado. (RIBEIRO, 1997).

Desta forma, como a notícia tem a finalidade de satisfazer impulso humano, que é a necessidade de saber o que está acontecendo além de sua experiência direta, as pessoas passam a ter a sensação de segurança ou controle, toda vez que fica a par dos fatos que não se pode ver por sua própria conta. (MOLOTCH; LESTER, 1974).

Segundo Rodrigues (2003), as pessoas precisam de notícia no mundo contemporâneo. Para se protegerem, ligarem-se uns aos outros identificando amigos e inimigos. O jornalismo é um sistema criado pelas sociedades para que se forneçam essas notícias. Por isso fazem-se necessárias as reflexões sobre a natureza da notícia impressa publicadas nos jornais, pois elas influenciam diretamente a qualidade de vida, pensamento e cultura de uma população.

Para que de fato uma notícia preste um serviço público relevante dentro de uma sociedade, ou seja, a informação seja mais livre, é preciso que haja independência na produção das matérias, sem que seja controlada para incentivar o capitalismo. O jornalista não poderia ser absorvido pelas pressões comerciais como fazem hoje, pois, caso contrário, as notícias viram entretenimento e passa a existir uma dependência da margem do lucro da empresa em função da qualidade do seu trabalho.

Para que os profissionais da comunicação possam fornecer para uma determinada cultura informações independentes, confiáveis, precisas e mais compreensíveis em que o cidadão seja livre e capaz de se autogovernar, faz-se necessário que sigam os elementos da notícia:

1. A primeira obrigação do jornalismo é com a verdade.
2. Sua primeira lealdade é com os cidadãos.
3. Sua essência é a disciplina da verificação.
4. Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem.
5. O jornalismo deve ser um monitor independente do poder.
6. O jornalismo deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público.
7. O jornalismo deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante.
8. O jornalismo deve apresentar a notícia de forma compreensível e proporcional.
9. Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

Ainda de acordo com Kovach e Rosenstiel (2003), existem outros elementos como isenção, objetividade, neutralidade, equilíbrio que não foram citados por serem muito vagos. São princípios que estão envoltos em mitos e distorções; por exemplo,

o conceito de objetividade que ao ser desfigurado é usado para descrever o próprio problema do tempo.

2.3 O jornal impresso no Brasil

Surge no País um tipo específico de meio de comunicação, o jornal impresso, utilizado para a circulação de notícia. No entanto, com o aparecimento de outras formas de comunicação, a informação vem perdendo sua independência e sendo substituída por um comercialismo egoísta, fazendo pose de jornalismo. “Perde-se a imprensa como uma instituição independente, livre para vigiar as outras poderosas forças e instituições existentes na sociedade”. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

O jornal impresso no Brasil poderia auxiliar os grupos indígenas na tentativa de mostrar com veracidade como estão, e a partir disso trazer mais consciência para as sociedades urbanas. No entanto, essa forma de comunicação, antes da chegada dos dias atuais, já vinha sofrendo transformações e adaptações para poder seguir a forma econômica capitalista, pois, desde o seu surgimento, havia sido o primeiro e por muito tempo o principal espaço da atividade de comunicação escrita documentada no Brasil. (SODRÉ, 1999).

Analisando a palavra jornal separada do termo imprensa, observa-se que ela tem como característica o uso de “papel imprensa” que é o mais barato e tem menor qualidade do que os utilizados pelas revistas. Por se tratar de um meio de comunicação chamado de “grande imprensa”, ou seja, que tem conteúdo genérico, extenso, especializado e que é publicado para elevado número de pessoas, contendo grande volume de exemplares com pouca qualidade de impressão. (SODRÉ, 1999).

Já o termo imprensa vem da prensa móvel ou processo gráfico criado por Guttenberg no século XV, o qual conseguiu aperfeiçoar a técnica de reprodução de textos por meio do uso dos tipos móveis, facilitando a reprodução de qualquer tipo de informação para um número grande de público. Tudo isso por conta do surgimento do capitalismo e da globalização. (DÍAZ, 1997).

Os jornais impressos surgiram no Rio de Janeiro em 10 de setembro de 1808, pelo mando do órgão oficial do governo português, que tinha se refugiado na colônia

americana. Na seqüência, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que foi o primeiro jornal permitido pela coroa portuguesa, antes mesmo da chegada da família real no Brasil, surgiu quando não era permitida qualquer atividade de imprensa, seja publicações de jornais, livros ou panfletos. (SOBRINHO, 1977).

2.4 Correio Braziliense

Também no ano de 1808, o exilado Hipólito José da Costa, um jornalista, maçom e diplomata Brasileiro que lançava, de Londres, o *Correio Braziliense* (com s), o primeiro jornal brasileiro, ainda que fosse fora do Brasil.

Escrever sobre a história da imprensa no Brasil é refletir sobre as formas de comunicação que surgiram em épocas passadas, levantando questionamentos sobre como eram representados os acontecimentos e se mudou esta forma de lá para cá.

Com o surgimento do jornalismo no Brasil, por meio do *Correio Braziliense*, inaugurado por Hipólito José da Costa e editado em Londres entre 1805 e 1808, aparece uma das melhores fontes de notícia em época conturbada. Hipólito conseguiu desenvolver seus trabalhos em cima dos moldes do Iluminismo, sabendo sobre a importância da liberdade de imprensa e da formação da opinião pública como um dever do cidadão. (PAULA, 2001).

Hipólito da Costa defendia idéias liberais, como a emancipação colonial, dando ampla cobertura para a Revolução Pernambucana de 1817 e conduzindo à Independência do Brasil. O jornal foi criado para atacar, segundo Costa, “os defeitos da administração do Brasil”, admitindo com isso um caráter doutrinário muito mais do que de fato informativo. Assim, seguiu a linha ideológica a favor da independência. (PAULA, 2001).

Visando a diminuir a influência do *Correio Braziliense*, posteriormente a coroa viria a pagar mil libras por ano, equivalente a 500 assinaturas, para Costa, o que abrandaria o tom das críticas do jornalista a partir de então. (SOBRINHO, 1977).

Na atualidade, trata-se de um jornal de Brasília que foi fundado no dia 21 de abril de 1960 pelos Diários Associados. De acordo com Lima Sobrinho (1996), o maior conglomerado de mídia no Brasil. Eles aceitaram o desafio do então

Presidente Juscelino Kubitschek e se propuseram a lançar um jornal juntamente com a inauguração da nova Capital Federal. Aproveitando a oportunidade, o então diretor dos Diários Associados Assis Chateaubriand decidiu – ao descobrir nos escritos de Costa que continha idéias favoráveis à transferência da capital do Rio de Janeiro para o interior – retomar o título do jornal e aproveitar o termo brasiliense que começava a ser empregado como adjetivo pátrio de Brasília. Mesmo com a morte de Chateaubriand, o Correio continuou a pertencer aos Associados e representar um jornal da Capital Federal.

Nota-se que o Correio Braziliense, quando surgiu, tinha uma linha de trabalho pautada em um tipo de jornalismo a caminho da neutralidade com as informações independentes, por isso se faz necessária à análise do conteúdo do jornal para que seja comprovado ou não, se eles mantiveram a sua linha de trabalho ou se houve mudanças.

3. ANÁLISE DE CONTEÚDO: ANÁLISE DE 5 MATÉRIAS DO CORREIO BRAZILIENSE

Atualmente, o jornalismo vive uma crise política, em que todas as áreas, inclusive a de repórter, sentem necessidade de mudar a forma de desempenhar a função de comunicador. São mudanças significativas no campo social, econômico e tecnológico. Um exemplo de crise política no jornalismo está no jornal impresso brasileiro, pois é a primeira vez que a notícia está sendo mais produzida por empresas não-jornalísticas. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

A problemática levantada nesta monografia refere-se ao *Correio Braziliense*, enquanto meio de comunicação e difusor de informação. Será que o jornal está representando de maneira adequada a questão da saúde indígena, seguindo os seus trabalhos jornalísticos, pautados em modelos determinados para a construção das matérias?

O modelo metodológico que melhor se enquadra para tentar responder a essas perguntas foi apresentado tanto por Kientz (1973), na obra *Comunicação de Massa*, como por Bardin (1977) em *Análise de Conteúdo*.

Segundo Kientz (1973), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicação, que servem de prova, ou melhor, administração de prova, para a decodificação de respostas às perguntas abertas em questionários cujo conteúdo é avaliado rapidamente por temas.

Desta maneira, os tópicos, temas ou categorias que foram analisados são os títulos, subtítulos e as representações das comunidades indígenas:

- I. representação feita pelo Jornal Correio Braziliense;
- II. representação feita pelas fontes: relatórios, FUNASA, FUNAI, COIAB, deputado, CIMI, SIAFI, historiador e antropólogos.

A principal intenção da análise de conteúdo é detalhar por meio dos tópicos as idéias que são verificadas mediante disposições de seu conteúdo e, em seguida, tentar explicitar a maneira como a notícia descreve os fatos.

As matérias escolhidas referem-se a assuntos relevantes e que tratam da saúde dentro das tribos indígenas.

3.1 Títulos e subtítulos

O quadro a seguir destaca os títulos e subtítulos das matérias a serem analisadas. Neste caso é levantada a questão tanto da quantidade como da qualidade das palavras, que refere-se a imagem das sociedades indígenas. Com relação à quantidade, verifica-se que, às vezes, as palavras se repetem. Já na análise qualitativa, os significados das palavras podem ser ou não claros, ter o sentido denotativo ou conotativo.

 Chamadas das matérias  Etnias  Referência aos nativos	Matéria I	Título: Ameaça para uma geração Subtítulo: Estudos do Ministério da Saúde revelam que a mortalidade é maior entre crianças do que idosos indígenas : 31% dos óbitos registrados em 2003 em todo o país foram de índios com menos de 5 anos de idade.
	Matéria II	Título: Gestão problemática Subtítulo: Relatório da CGU aponta superfaturamento em contratos suspeitos assinados pela Funasa, no Mato Grosso do Sul. Vinte e uma crianças guaranis-caiouás morreram no estado no mesmo período.
	Matéria III	Título: Funasa é alvo de nova denúncia Subtítulo: Seis crianças morreram esta semana no Tocantins por falta de atendimento médico. Problema estaria na água, mas líderes apinajés denunciam descaso do órgão federal e afirmam que há desnutrição nas aldeias.
	Matéria IV	Título: Etnias debatem crise na saúde Subtítulo: Em conferência, povos vão discutir com a Funasa como deverá ser o atendimento médico nas aldeias.
	Matéria V	Título: Questão indígena Subtítulo: ONGs e governo tentam impedir novos suicídios.

Na análise dos títulos percebe-se que em boa parte deles são poucas as palavras que fazem referência às sociedades indígenas, que seriam, no caso, os protagonistas da notícia. E quando fazem referência, usam termos genéricos, englobando vários tipos diferentes de sentidos em uma única palavra.

Nos subtítulos, os jornalistas remetem-se à imagem das sociedades indígenas por meio de citação das etnias: guaranis-caiouás, apinajés, das categorias

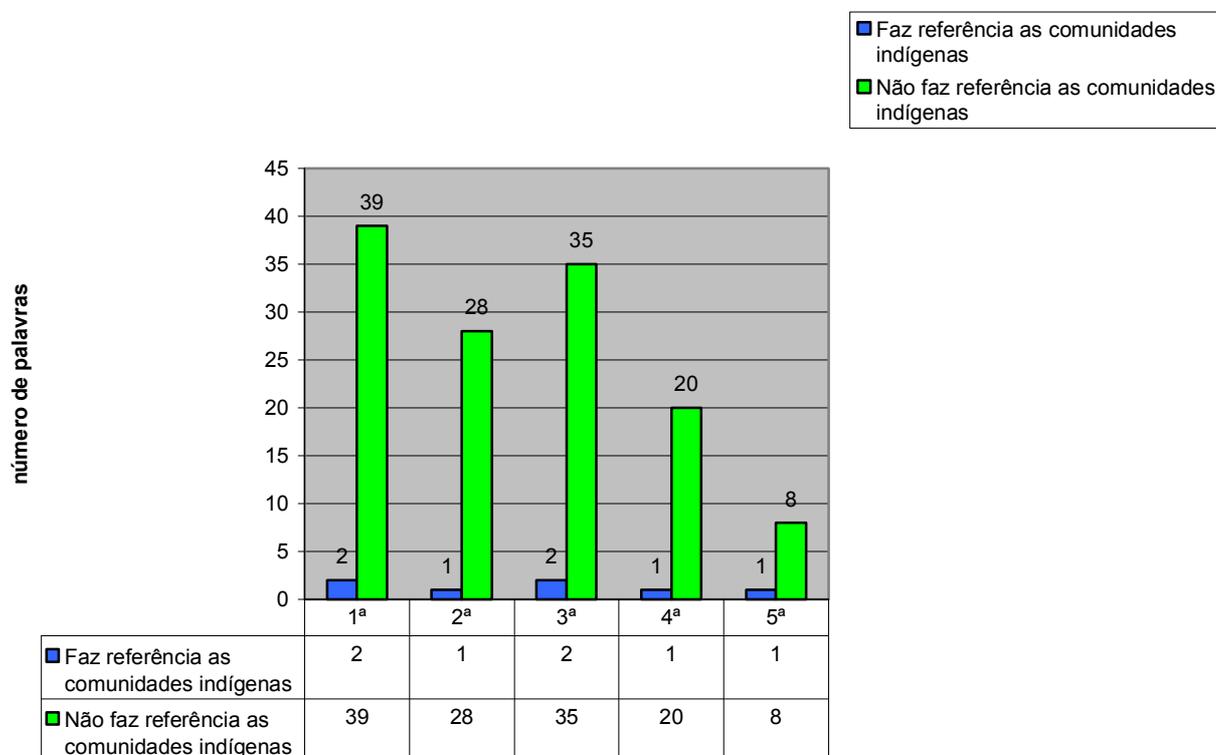
genéricas, com as quais o senso comum costuma definir as sociedades indígenas: índios; e do espaço físico ou localidade no qual habita esses povos: aldeia.

Pode-se afirmar que são palavras que dizem pouco sobre a identidade indígena, pois a partir das investigações etnológicas citadas no primeiro capítulo, verifica-se que existem no Brasil, atualmente, 225 etnias indígenas diferentes, entre as quais encontra-se a cultura guarani. A etnia guarani por sua vez é dividida em Kaiowa, Nandeva ou Mbya, localizados no estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazendo parte da família lingüística Tupi-Guarani. Já a etnia apinayé do extremo-norte do estado do Tocantins, confluência dos rios Araguaia e Tocantins, vem do tronco Jê, além de ter como característica, uma sofisticada organização social. Essas informações são essenciais, pois situam o leitor no contexto cultural em que vive aquele determinado povo indígena.

Outra questão a ser levantada é que, conceitualmente, não existem “índios brasileiros”, mas centenas de grupos indígenas divididos e caracterizados por culturas distintas. São grupos culturais diversos possuidores de línguas, costumes e universos religiosos próprios. O termo aldeia, por sua vez, refere-se às pequenas povoações, inferiores as vilas, formadas somente por indígenas. Pode surgir a dúvida se, de fato, as aldeias são vilas pequenas e se no caso destas serem grandes ou compostas também por brancos não deveriam ser designadas por aldeias. O fato é que deve-se evitar generalizações.

O quadro a seguir demonstra o número de palavras nos títulos e subtítulos que fazem referência às comunidades indígenas. Trata-se da utilização da análise quantitativa do conteúdo, que também auxilia na reflexão a respeito da representação das sociedades indígenas no jornal impresso *Correio Braziliense*.

Gráfico da análise de quantidade de palavras nos títulos e subtítulos das matérias que referem-se às comunidades indígenas



O gráfico ilustra que nas 5 matérias analisadas, a quantidade total de palavras encontradas nos títulos e subtítulos em sua grande maioria, não fazia referência a imagem do indígena.

3.2 Representação das comunidades indígenas

Os quadros a seguir mostram os pronunciamentos do *Correio Braziliense* e algumas das fontes que o jornal entrevistou, identificando por meio da análise de conteúdo, as formas de representação das comunidades indígenas. Percebe-se, que as questões de saúde e conflito relacionados à terra são os temas que mais se repetem nas reportagens selecionadas para a análise. No caso dessa análise, optou-se por focar sobre a questão da saúde nas comunidades indígenas.

Matéria I

<p> Fonte</p> <p> Etnias</p> <p> Referência aos nativos</p> <p> Citado no texto</p>	<p>Correio Braziliense:</p>	<p>No subtítulo: 31% dos óbitos registrados em 2003 em todo o país foram de índios com menos de 5 anos de idade.</p> <p>Na matéria: Ao contrário do que ocorre com o resto da população, onde, naturalmente, o índice de mortalidade é mais alto entre pessoas com mais de 70 anos, 31% dos óbitos registrados nas aldeias em 2003 foram de crianças de até 5 anos.</p>
<p>O Relatório do Estudo Saúde Brasil 2005 do Ministério da Saúde:</p>	<p>Os dados estão no estudo Saúde Brasil 2005, lançado ontem pelo Ministério da Saúde. “A análise dos dados de mortalidade proporcional, segundo a idade, revelou grandes diferenças entre as populações conforme raça e cor. A mortalidade proporcional dos menores de 5 anos de idade foi extremamente alta entre indígenas, sendo quatro vezes maior que a dos pardos nesta faixa etária e 10 vezes a dos amarelos”, aponta o relatório. Entre os brancos, somente 5,1 das mortes registradas em 2003, em cada 100 óbitos, referem-se a crianças de até 5 anos.</p>	
<p>Nino Fernandes Ticuna, coordenador do Conselho Geral da Tribo Ticuna:</p>	<p>A população sofre com doenças como malária e tuberculose. No pólo de saúde, não há mais medicamentos.</p>	
<p>Assessoria da Funasa</p>	<p>Também garante que há acompanhamento nutricional de crianças para evitar novas mortes como as que ocorreram no início de 2005, quando 21 crianças da etnia Guarani-Kaiowá não resistiram à desnutrição.</p>	
<p>Roberto Lustosa, Vice-Presidente da Funai:</p>	<p>“Esses órgãos têm que trabalhar juntos, porque é inaceitável que os recursos disponibilizados para assistência ao índio se dispersem e se percam, em vez de serem multiplicados e potencializados por uma ação conjunta”.</p>	

No subtítulo da primeira matéria, a jornalista Paloma Oliveto afirma que 31% dos óbitos registrados em 2003, em todo o País, foram de índios com menos de cinco anos de idade, o que significa que de 189 milhões de habitantes em todo o Brasil, morreram 31% de índios. Já no texto, 31% de óbitos registrados nas aldeias são de crianças menores de cinco anos de idade. São informações diferentes, uma refere-se ao país e a outra refere-se à aldeia. Outra questão que pode ser levantada

é que boa parte da matéria está baseada nos dados do *Estudo Saúde Brasil 2005*, que ao serem analisados dizem respeito ao perfil da população, utilizando as categorias de raça e cor.

Nos censos demográficos brasileiros, a cor é obtida pela autodefinição do indivíduo ou por meio de informações prestadas por terceiros. As respostas classificadas pela cor são estabelecidas por categorias feitas pelo IBGE. São categorias decorrentes da subjetividade, estabilidade e interferências, pois se tratam de conceitos associados à aparência do indivíduo e a sua inserção na sociedade. São utilizados no estudo os termos: preto, branco, pardo, amarelo, negro e indígena. Mas quem define se alguém é desta ou daquela raça são as próprias pessoas, pode-se dizer que esses dados são precários, uma vez que são bastante subjetivos.

O lugar exato onde pode ser encontrado o estudo que compõe a matéria deveria constar como informação ao leitor, situando-o e dando mais credibilidade à matéria.

Citar como investigou cada uma das informações presentes nas reportagens e tentar ao máximo escrever de maneira mais aprofundada sobre eles, neste caso o *site* do Ministério da Saúde, poderia ser utilizado para adicionar informações à matéria.

Matéria II

 Fonte  Etnias	<p>Correio Braziliense:</p> <p>”Na mesma época em que crianças indígenas morriam de desnutrição no Mato Grosso do Sul, contratos e licitações firmados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para atender às comunidades indígenas do estado eram direcionados”.</p>
---	---

Nas matérias II e III existem denúncias sobre o desvio de verbas realizado pela Funasa, órgão responsável por cuidar das questões indígenas relativas à saúde. Como o jornalista deve tratar a veracidade das informações fornecidas por fontes que compõem esse órgão para se pronunciar em suas matérias, se existe desvio de verbas que deveriam estar sendo empregadas em benefício das comunidades indígenas e não estão.

A matéria II também refere-se a um relatório sobre o qual não se pode obter informações adicionais.

Matéria III

 Fonte  Etnias  Referência aos nativos  Citado no texto	<p>Correio Braziliense</p>	<p>No subtítulo: Problema estaria na água, mas líderes apinajés denunciam descaso do órgão federal e afirmam que há desnutrição nas aldeias.</p> <p>Na matéria: Mais seis crianças indígenas morreram por falta de atendimento médico, aumentando para 10 o número de óbitos de meninos e meninas que vivem em aldeias de Tocantins neste início do ano.</p>
	<p>CIMI, ligado à CNBB</p>	<p>As mortes mais recentes aconteceram entre os dias 10 e 17 em aldeias apinajés, segundo denúncia.</p>
	<p>Antônio Veríssimo (Líder indígena)</p>	<p>As seis crianças tiveram sintomas semelhantes: vômito, febre, diarreia e gripe.</p>
	<p>Funasa</p>	<p>Pública para Tocantinópolis, com objetivo de monitorar a qualidade da água consumida nas aldeias. “No que diz respeito ao estado de saúde dos indígenas da região, é possível afirmar, após a realização de visitas domiciliares das equipes médicas da Funasa a todas as famílias da aldeia São José, que não há surto de nenhuma natureza na aldeia”.</p>

Pode ser levantado um questionamento sobre o fato da matéria afirmar que o problema está na água, pois outros fatores provavelmente devem contribuir para tal situação.

Não apenas nessa matéria, mas em todas as outras é fácil perceber que sempre se faz referência às etnias indígenas de forma genérica. Ao se referir as etnias seria importante oferecer ao leitor informações antropológicas mais específicas sobre a cultura de determinado grupo indígena.

Outra categoria que se repete é o termo genérico aldeia, que designa espaço físico no qual habitam as comunidades indígenas. São feitos muitos diagnósticos pelas fontes que não são médicos ou especialistas para falar se algum sintoma denota a presença de algum tipo de doença. O assunto vai muito além do que foi abordado na matéria.

Matéria IV

	Fonte
	Etnias
	Referência aos nativos
	Citado no texto

Correio Braziliense	De amanhã até sexta-feira, a cidade de Rio Quente (GO), a 380km de Brasília, vai se transformar em uma grande aldeia indígena . Seiscentos representantes de diversas etnias discutem, durante a semana, políticas públicas de saúde, uma das áreas consideradas mais problemáticas pelos próprios índios .
Paulo Lustosa, Presidente da Funasa	<p>“É um marco porque, pela primeira vez, os índios terão influência direta nas decisões. “Este é o encontro em que participação da representação indígena com voz e voto é a maior da história”.</p> <p>“Só queremos que todos estejam desarmados, que não haja jogo de culpas, mas uma proposta construtiva”.</p>
José Arão Marise Lopes, presidente da Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Grajaú, no Maranhão (Líder guajajara)	“Apenas em janeiro deste ano, cinco crianças da etnia guajajara , que habitam o estado, morreram por falta de assistência médica”.

Outro assunto também envolvendo a saúde das comunidades indígenas é o fato de ser a primeira vez que eles terão voz e voto quanto ao tema. No entanto, houve apenas o pronunciamento de uma pessoa indígena. Seria o caso de se entrevistar mais indígenas. São promessas de melhoria para essas comunidades, mas torna-se necessário conhecer a real situação em que se encontra esse povo, o que os jornalistas reportam é muito pouco perto do que poderia ser escrito a respeito.

Quando se diz que a presença de alguns indígenas em um lugar pode se transformar numa grande aldeia indígena, apresenta-se um pouco de ironia, pois a aldeia é um espaço físico no qual eles habitam.

Novamente repete-se o termo genérico índio para denominar grande variedade de pessoas com diferentes culturas e costumes. O trecho que mais apresentou tendenciosidade foi quando deu voz a uma fonte que diz querer que todos estejam desarmados. Entende-se que os indígenas querem apenas um lugar para morar e uma condição de vida e saúde melhor. Contudo, transmite-se a

impressão que eles estão dispostos a brigar, sem o devido reconhecimento da legitimidade desta disputa.

Matéria V

 Fonte  Etnias  Referência aos nativos  Citado no texto	Correio Braziliense:	Organizações governamentais e não governamentais se mobilizam para tentar reverter à ocorrência de novos suicídios entre os índios guaranis caiouás da reserva indígena de Dourados, no sul de Mato Grosso do Sul.
		As iniciativas vão desde o reforço na atenção à saúde mental dos índios à proposta pedagógica que ensine as novas gerações a lidar com o choque entre a tradição dos povos indígenas e a influência de outras culturas.
	Funasa	“No Mato Grosso do Sul a média de morte por suicídio tem sido de um índio por semana”.
	Funai	“Foram mapeadas as etnias em situação considerada mais crítica. Além dos guaranis caiouás, a pesquisa destaca como grave a situação das etnias Tikuna, no Amazonas; Pataxó, na Bahia; Xakriabá, em Minas Gerais; e Kaingang, na Região Sul do país”.

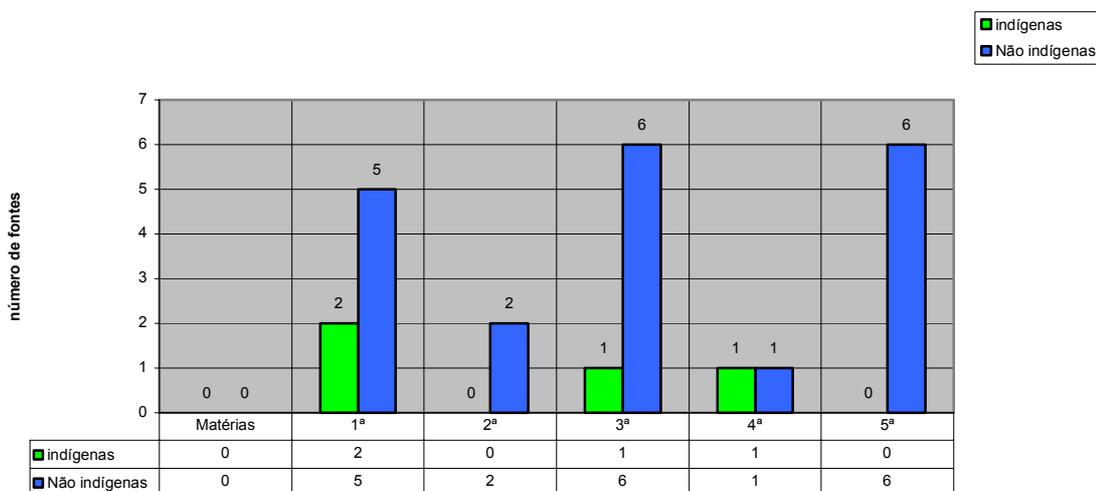
Segundo esta análise, existem em todas as matérias apenas um terço de informação relevante para que houvesse a composição de uma boa matéria a respeito da saúde das comunidades indígenas. Uma boa notícia buscaria saber se existem outras causas para esses acontecimentos.

O propósito maior deste trabalho é trazer à tona, e dar destaque, o fato de não se optar por colocar na primeira capa, como manchete do dia “A Radiografia Atual da Saúde Indígena”, com uma matéria que se aprofunde ao máximo sobre tal assunto sem ficar apenas na superficialidade.

Uma forma de se aprofundar nas questões relacionadas à saúde indígena poderia ser a existência de mais fontes que pertencessem às comunidades indígenas. São assuntos que dizem respeito aos indígenas e ninguém melhor do que os próprios índios para falar sobre questões indígenas.

O gráfico abaixo ilustra como nas matérias aqui analisadas, as comunidades indígenas não são mencionadas de forma adequada.

Gráfico da análise de quantidade e qualidade das fontes nas matérias



O gráfico ilustra a quantidade de fontes que foram verificadas e se elas são indígenas ou não. Percebe-se que os povos indígenas se pronunciam pouco.

3.3 Interpretação

A escolha das matérias que falassem sobre a saúde das comunidades indígenas, durante o ano de 2006, especificamente da morte de suas crianças, levou à interpretação das cinco matérias publicadas pelo jornal Correio Braziliense.

Verifica-se, pela análise, que o jornal não dá espaço suficiente para que as comunidades indígenas se pronunciem, tratando as matérias com o foco voltado principalmente para as mortes ocorridas nas aldeias. Os representantes indígenas tiveram pouco espaço, seja como fonte, seja por meio de palavras que fazem referência a sua imagem ou até mesmo pela frequência na utilização de seu depoimento. No entanto, isso se dá por conta dos modelos seguidos pelos jornalistas, para a execução de seus trabalhos, devido ao mundo globalizado.

A primeira matéria foi publicada em 19/1/2006, quinta-feira, pela jornalista Paloma Oliveto, com o título “Ameaça para uma geração”. É válido lembrar que a interpretação que será feita neste tópico segue as categorias que foram especificadas anteriormente para tal análise.

O título da matéria – lido separadamente do resto de seu conteúdo – não leva, a princípio, nenhuma pessoa a pensar que a geração ameaçada a qual o jornal se refere é a do índio.

No subtítulo “estudo do Ministério da Saúde revela que a mortalidade é maior entre as crianças do que idosos indígenas: 31% dos óbitos registrados em 2003 em todo o País foram de índios com menos de 5 anos de idade”, a reportagem poderia ter começado enfatizando a situação da maioria das crianças indígenas, para que houvesse equilíbrio com o título, que, ao contrário, não se referiu às mortes relacionadas aos índios. Além disso, ao citá-los no subtítulo, dá-se a impressão ao leitor de ser este o tema menos importante na matéria, ou seja, o estudo do Ministério da Saúde que trás dados reveladores acaba se sobressaindo entre os temas abordados.

Quanto às fontes utilizadas na matéria, por se tratar de assunto que interessa e tem consequência acima de tudo na vida do próprio índio, a jornalista poderia ter buscado entrevistar mais indígenas, especular sobre o que está acontecendo, não se contentando apenas com informações fornecidas por órgãos que representam essas comunidades ou quaisquer outros estudos, a ponto de deixar com que a maior parte da matéria seja desenvolvida e composta por fontes não indígenas.

Na segunda publicação, ocorrida uma semana após a primeira matéria analisada, a jornalista Érika Klingl produz um título e um subtítulo com as mesmas características usadas pela jornalista anterior. No caso desta matéria, seria dar importância a um relatório que aponta suspeita de existir negligências na FUNASA por conta do desvio de verbas destinadas aos indígenas.

No discurso sobre as mortes em comunidades indígenas realizados pela maioria das fontes que não são índios, percebe-se que o mais importante na matéria são as irregularidades, desvios e descasos dos órgãos que teriam a função de auxiliá-los. O foco maior é de quem foi à culpa dessas mortes, talvez o menos importante tenha sido discutir como seria possível fazer com que elas não voltassem a acontecer. Observe que o profissional da comunicação é quem escolhe a direção que vai seguir a matéria.

A terceira matéria analisada teve sua publicação no dia 27 de janeiro, sexta-feira, e novamente pela jornalista Paloma Oliveto, seguindo o mesmo caminho na construção de seu título “Funasa é alvo de nova denúncia”. Muitas pessoas não

sabem o que é Funasa e a denúncia a que se refere o título parece ser mais importante do que as conseqüências do mau funcionamento do órgão.

Na quarta matéria, também de Paloma Oliveto, em 26 de março, um domingo, aparece o título “Etnias debatem crise na saúde”. Uma matéria que leva este título pode estar se referindo a um tema que fale sobre as comunidades indígenas, pois afinal existem tantos tipos de etnias. Seria interessante especificar o assunto. No subtítulo existem as palavras “povos vão discutir”, o que pode ser referente a qualquer povo. De forma geral, apenas no final se utiliza “o atendimento médico nas aldeias”, o que pode fazer o leitor pensar em povos indígenas.

Em relação às fontes utilizadas na terceira matéria existem duas apenas para falar sobre um assunto: o Presidente da Funasa e um índio, Presidente da Associação de Saúde das Sociedades Indígenas, cargo que revela, uma conquista para as comunidades indígenas.

A representação feita do índio no discurso divulgado pelo jornal, a Funasa diz ter feito mais para o melhor atendimento do índio. Pergunta-se, então, por que um número tão alarmante de indígenas ainda continua morrendo?

O posicionamento do Presidente da Funasa segue o mesmo princípio que faz do manifesto algo tão perigoso, pois a representação do índio com voz e voto é a maior da história em busca de um modelo de saúde que seja igual ao dos brancos, como se as comunidades indígenas não tivessem um modelo próprio de saúde.

Na última matéria analisada, do dia 18 de outubro, quarta-feira, o jornalista Hércules Barros diz no título “Questão indígena”. Pode-se pensar que a matéria refere-se a todas as possíveis questões que envolvam as comunidades indígenas. Contudo, o subtítulo “ONGs e governo tentam impedir novos suicídios”, retrata de maneira específica a questão da saúde dos indígenas, afirmando que o governo e as ONGs estão tentando salvá-los. Entende-se que a matéria não discute que o que os leva a tal atitude, seria uma questão maior relacionada ao esquecimento em que se encontram essas sociedades indígenas.

Com o objetivo de complementar esta análise, foram coletados alguns depoimentos e dados em uma visita no dia 11 de maio de 2007, sexta-feira que esta autora fez a FUNAI, órgão que sempre é fonte de matérias jornalísticas por ser responsável pela gestão das terras indígenas no Brasil.

O indigenista Almir Von Held ao ser questionado quanto aos dados coletados em fevereiro de 2007 sobre a quantidade de índios existentes em Brasília respondeu

que “Não há dados atuais, pois os indígenas não ficam sempre aqui, não há uma quantidade fixa”. O entrevistado forneceu alguns dados da Funai relativos a questão indígena, os quais revelam que as unidades regionais são compostas de 45 postos de saúde perto das terras indígenas, mais 331 postos para dar assistência e apoio. Já as terras indígenas somam um total de 611 (12% do território brasileiro), e os povos indígenas somam aproximadamente 225. Os dados revelam que o Brasil possui 180 línguas indígenas e uma população de 512 mil (equivalente a 0,4% da população brasileira).

O indígena Jaime sobrenome, de 50 anos, ao ser questionado sobre a oportunidade de se pronunciar na mídia diz:

O problema das barragens que querem construir lá no Xingu pode prejudicar a tribo. Os índios não estão morrendo muito, mas eu estou com uma filha de 18 anos no HRAN (Hospital Regional da Asa Norte). Ela está com uma inflamação no fígado, não sabem por que, sou da etnia Kuicuru, da aldeia Laratua.

Os indígenas falam com desconfiança. Essas declarações só foram conseguidas por que esta pesquisadora estava sem gravador e não escrevia nada enquanto falava com ele. Posteriormente, ao abordar um outro indígena com o gravador, este não quis dar nenhum depoimento.

A experiência de tentar entrevistar os índios que se encontram na Funai, revelou uma dificuldade de acesso às fontes indígenas. O fato das matérias não apresentarem muitas fontes indígenas pode acontecer em virtude da dificuldade dos jornalistas em abordar esses povos. Os jornalistas já chegam “armados” com câmeras, gravadores, bloquinhos e não causam boa impressão aos indígenas.

Como diz o indigenista Almir Von Held, funcionário da Funai, o órgão possui um conjunto de antropólogos e pessoas que vivem as circunstâncias das aldeias indígenas de perto. “O índio precisa ter um tratamento diferenciado, questões de familiaridade criam um círculo de amizade entre os índios e o homem branco”. O indigenista relatou que uma vez estava em um dos postos de atendimento no Amazonas como monitor de saúde e via helicópteros com equipes médicas pousando nas aldeias para atender as comunidades indígenas. Em uma dessas ocasiões, depois de seis meses de convivência com ele, um índio disse que tinha um problema com a sua mulher, ou seja, ela estaria com um problema de saúde ginecológico, e o índio queria que ele a visse nua e pudesse curá-la. Almir Von Held

então perguntou porque ele não havia dito aos médicos que estavam ali naquele instante. Ele respondeu que não confiava neles.

Outra questão abordada foi o fato de algumas tribos, como a Nambikwara, situada no Noroeste do Mato Grosso, terem o hábito de comer proteínas encontradas em gafanhotos e estes por sua vez serem contaminados por inseticidas, agravando o quadro de óbitos e subnutrições em determinadas aldeias. Para o indigenista, toda teia alimentar sofre mudanças quando há desequilíbrio no meio ambiente. Os povos indígenas necessitam da teia alimentar em perfeitas condições para que não morram.

Isabela Mendes, de 23 anos, funcionária da Funai, ao analisar algumas matérias sobre a questão da saúde indígena, disse que as condições em que a Funai trabalha são muito precárias. A Assessoria de Comunicação não funciona bem, não há divulgação do que ocorre com os índios, os projetos, programas e casas de cultura que ocorrem nas aldeias.

Segundo essa servidora, que é formada em jornalismo, talvez o órgão não queira divulgar ou expor os indígenas. Para ela, o fato de os títulos das matérias não terem palavras que fazem referência ao índio, acontece porque ainda hoje existe muito preconceito quanto à imagem dos indígenas, e as pessoas talvez não fossem ler as matérias, pois o leitor é quem determina o quê, e como o jornalista vai publicar determinadas reportagens.

Hoje em dia, para a maioria dos entrevistados, os indígenas já estão civilizados, eles só querem resgatar a sua cultura e quem poderia estar ajudando neste processo - que são também os jornalistas - não estão dentro deste órgão, ou seja, em mais de 30 anos, a Funai só tem uma funcionária jornalista.

Ao longo desta pesquisa, foram levantados questionamentos e reflexões acerca de um assunto bastante delicado que é a saúde das comunidades indígenas no Brasil. A partir disso, pode-se dizer que a mídia mostra uma parte do Brasil. O Brasil bonito, criativo, cheio de potencial, em que a alma dos povos indígenas habita, este a imprensa deixa passar. A imprensa apenas valoriza os indígenas quando há alguma tragédia que os envolva ou questões de disputas por terra.

O assunto é muito complexo, e esta monografia não pretende esgotar o tema. No entanto este trabalho procurou levantar questionamentos e reflexões mais profundas a respeito das comunidades indígenas, de sua saúde, e dos meios de comunicação, e mais especificamente, a relação que existe entre uma questão e outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *Correio Brasiliense* é meio de comunicação responsável por ser fonte de notícias para um grande número de pessoas e, assim, atua no processo de formação da opinião pública a respeito de vários assuntos, inclusive sobre as questões que envolvam as sociedades indígenas.

Cabe aos meios de comunicação, de uma maneira geral, dar mais importância às notícias que se propõem publicar. Além disso, os diversos setores da sociedade também deveriam estimular mais investigações sobre os povos indígenas, para a partir daí, buscarmos um caminho através do qual as pessoas sejam levadas a pensar com mais consciência e clareza sobre a problemática indígena no Brasil.

Por sua vez, os jornalistas não deveriam esquecer o que aprenderam durante sua formação acadêmica, como a imparcialidade e veracidade dos fatos, duas palavras de muita importância quando colocadas em prática. Deve haver mais compromisso deste profissional ao emitir uma informação, lembrando sempre da coerência no relato de uma notícia. Esta análise leva em consideração o caso das comunidades indígenas e o respeito à diversidade que existe no âmbito das representações, os aspectos culturais e étnicos que apresentam os povos indígenas e por isso precisam de apuração mais profunda e bem feita.

As matérias escolhidas tratam de assuntos relevantes e que quase sempre levantam questões que de alguma maneira levam a morte dentro das sociedades indígenas, tanto no sentido cultural como no sentido físico, ou seja, a morte simbólica e a morte física. A idéia inicial teria sido demonstrar se o jornal *Correio Brasiliense* utiliza o índio como fonte nas matérias em que ele é o principal sujeito. Caso a opinião indígena fosse usada como fonte, a idéia era demonstrar se a matéria é isenta e objetiva ou se deixa transparecer relevância nas suas falas. No caso do índio não ser fonte da notícia, então investiga-se se existe alguém ou algum órgão que, de alguma maneira, faz o papel de tutor do que acontece com os índios atualmente.

No entanto, percebeu-se que os indígenas quase sempre não são utilizados como fonte consistente sobre assuntos que lhes dizem respeito, podendo ser, entre outros motivos possíveis, por causa da confiança que os povos indígenas não

conseguem ter em um primeiro contato com o repórter. Neste caso, as fontes utilizadas são órgãos que, do ponto de vista desta autora, não deveriam ter tanto crédito devido ao descaso e crimes cometidos contra a vida das comunidades indígenas.

Além disso, existe certa dificuldade dos jornalistas em acessar os fatos históricos das sociedades indígenas para dar melhor contextualização e, por conseguinte, maior credibilidade as suas matérias. Considera-se também que a FUNAI, uma vez que não tem uma Assessoria de Comunicação bem estruturada por falta de investimento, deixa a desejar nas questões da divulgação dos assuntos referentes aos indígenas.

Mediante a análise do material publicado pelo Correio Braziliense, observa-se que a imprensa tem pouco e, às vezes, nenhum interesse em publicar assuntos que levantam questões relativas à saúde indígena. Este tema aparece geralmente quando acontece algo bastante trágico, que quase sempre é a morte de muitos indígenas. Raramente eles são ouvidos nas matérias publicadas pelos jornais. A imprensa utiliza boa parte de fontes oficiais, além de se fazer notar uma falta de conhecimento sobre os assuntos relacionados aos índios, reforçando como isso, os estereótipos sobre essa sociedade. Talvez o motivo desse comportamento esteja na demanda de leitores que preferem ler sobre assuntos diversos, muitas vezes trágicos, mas que não necessariamente envolvam a realidade indígena no Brasil.

A hipótese inicial consistia em afirmar que profissionais da mídia retratam as sociedades indígenas com o intuito apenas de manter seus empregos, reforçam os estereótipos, não fazem nada de novo, não dão voz aos indígenas por não deixarem que eles se pronunciem. Mas após a análise de conteúdo e as entrevistas realizadas com indígenas e indigenistas na Funai, seja possível afirmar que talvez os indígenas não confiem tanto nos meios de comunicação e por isso não gostem de se pronunciar, sendo essa atitude uma forma de se defender. Ou ainda, por meio da divulgação das mortes, os índios procurem chamar atenção para a sua situação, pois perderam a vontade de viver, como já dizia Darcy Ribeiro, se morre de desgosto. Parece não ter espaço para o indígena nesse mundo conturbado e cheio de contradições em que os padrões hegemônicos imperam e o que é diferente e primitivo tem de ser esquecido, ou mesmo tem de morrer de fato.

REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin; MOTA, Lourenço Dantas (Coord). **Fronteiras múltiplas, identidades plurais**: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural. São Paulo: Senac, 2002. 13 v.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2002.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **Orlando Villas Bôas**: expedições, reflexões e registros. São Paulo: Meta Livros, 2006.

VILLAS BÔAS, Orlando; VILLAS BÔAS, Cláudio. **Xingu**: os índios, seus mitos. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **A marcha para o oeste**: a epopéia da expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Globo, 1994.

DIAZ, Juan Bordenave. **O que é comunicação**. 15.ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FARIA, Gustavo de. **A verdade sobre o índio brasileiro**. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1981.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. SOVIK, Liv (Org.). Trad. Adelaine La Guarda Resende et. al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

COIMBRA JUNIOR, Carlos Everaldo Alves Coimbra. **Relatório acusa Funasa de omissão**: Documento elaborado pela Câmara dos Deputados sobre morte de crianças aponta falhas na atuação do órgão. Disponível em: <<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0505-44.htm>>. Acesso em: 17 abril 2007. (não estou sabendo como arrumar)

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Jornalismo**: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. Trad.: Wladir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa**: análise de conteúdo. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. 7. ed. São Paulo: EdUnB, 1993.

PAULA, Sergio Goes de (Org.). **Hipólito José da Costa**. São Paulo: 34, 2001.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História & vida**: Brasil: da pré-história à independência. 19. ed. São Paulo: Ática, 1997.

RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades indígenas**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, Everardo Pereira Guimarães. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TIERNEY, Patrick. **Trevas no eldorado**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **Antologia do Correio Braziliense**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1977.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Santa Catarina: Argos, 2002.

WIJK, Flavio Braune. Doenças e transformação sociocultural: epidemias, corporalidade e práxis entre os índios Xoklêng. **Revista de Divulgação Cultural**, Blumenau, SC, 64. ed. 1998.

ANEXO A

Matéria I

Correio Braziliense, 19 de janeiro de 2006

Ameaça para uma geração

Estudo do Ministério da Saúde revela que a mortalidade é maior entre crianças do que idosos indígenas: 31% dos óbitos registrados em 2003 em todo o país foram de índios com menos de 5 anos de idade

**PALOMA OLIVETO
DA EQUIPE DO CORREIO**

Nas comunidades indígenas brasileiras, a morte chega mais cedo para crianças do que para idosos. Ao contrário do que ocorre com o resto da população, onde, naturalmente, o índice de mortalidade é mais alto entre pessoas com mais de 70 anos, 31% dos óbitos registrados nas aldeias em 2003 foram de crianças de até 5 anos. Enquanto isso, os idosos representaram 27,5% das mortes. Os dados estão no estudo *Saúde Brasil 2005*, lançado ontem pelo Ministério da Saúde.

“A análise dos dados de mortalidade proporcional, segundo a idade, revelou grandes diferenças entre as populações conforme raça e cor. A mortalidade proporcional dos menores de 5 anos de idade foi extremamente alta entre indígenas, sendo quatro vezes maior que a dos pardos nesta faixa etária e 10 vezes a dos amarelos”, aponta o relatório. Entre os brancos, somente 5,1 das mortes registradas em 2003, em cada 100 óbitos, referem-se a crianças de até 5 anos.

Para José Arão Marise Lopes, presidente da Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Grajaú (MA), o dado não é novidade. “Estamos sempre alertando que a mortalidade das crianças está aumentando. Os índios saem das aldeias, vão para a cidade e voltam com doenças como tuberculose. Entre as crianças, há muita morte por desnutrição”, lamenta o índio guajajara. Ontem, uma menina de 1 ano e 6 meses morreu de diarreia na aldeia Papamel, localizada no município de Arame, também no Maranhão. Na terça-feira, Serena Faustina de Sousa Guajajara, quatro meses, não resistiu à dupla pneumonia e morreu na aldeia Cão Formoso, próxima a Barra do Corda.

No Amazonas a situação não é diferente. Desde ontem, os 35 mil índios do Alto Solimões não contam mais com atendimento básico à saúde. Os médicos e agentes decidiram parar de trabalhar, pois há três meses não há repasse de verbas para o Distrito Sanitário. “A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) diz que nosso contrato está irregular. Não é verdade. Em novembro do ano passado ele foi aprovado, mas não recebemos mais o dinheiro para pagar os servidores nem para comprar remédio”, explica Nino Fernandes Ticuna, coordenador do Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTC).

Segundo o líder ticuna, a população sofre com doenças como malária e tuberculose. No pólo de saúde, não há mais medicamentos. Ele conta que, na semana passada, uma adolescente de 16 anos, moradora da comunidade Porto Cordeirinho, no município de Benjamin Constant (AM), morreu por falta de remédio.

Ela tinha epilepsia e precisava de medicamento controlado. “Não é só criança. Muita gente está morrendo e não sabemos mais o que fazer”, lamenta.

Explicação

Por meio da Assessoria de Imprensa, a Funasa alega que os números utilizados pelo Ministério da Saúde, órgão ao qual está subordinada, compreendem uma população de 750 mil indígenas que vivem nas cidades e nas aldeias. O atendimento da Funasa, porém, restringe-se a 450 mil índios – somente os que habitam aldeias. Pelos dados da fundação, a taxa de mortalidade infantil teria caído de 74,6 em cada mil nascidos vivos, em 2000, para 28,5 em 2005.

A Funasa também alega que está avançando na área de saúde indígena. Entre as ações, estão a ampliação da rede de postos de saúde, que passaram de 200 em 1999 para 1.010 no ano passado. Também garante que há acompanhamento nutricional de crianças para evitar novas mortes como as que ocorreram no início de 2005, quando 21 crianças da etnia Guarani-Kaiowá não resistiram à desnutrição. A fundação anunciou que, em abril, fará grande campanha de vacinação indígena. O representante em Brasília da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Paulino Montejo, não vê melhorias. “Teoricamente, o modelo que a Funasa desenvolveu, com participação direta dos índios, é ótimo. Mas o dinheiro não chega às aldeias. Há muita burocracia”, acredita. Ontem, Roberto Lustosa, vice-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão responsável pela saúde indígena até 1999, disse à *Rádio Nacional* que os dois órgãos deverão se aproximar para melhorar o atendimento nessa área.

“Nós sentimos que há um emperramento burocrático na instituição (*Funasa*), que a nova direção está procurando corrigir, isso é a causa dessa lentidão na melhoria do atendimento”, disse Lustosa. “Esses órgãos têm que trabalhar juntos, porque é inaceitável que os recursos disponibilizados para assistência ao índio se dispersem e se percam, em vez de serem multiplicados e potencializados por uma ação conjunta”, afirmou.

Montejo garante que os líderes de comunidades indígenas preferem a Funai longe da gestão da saúde. “Eles mal dão conta das terras indígenas, imagina se tiverem de cuidar novamente da saúde”, ironiza. Ele se refere à afirmação feita na semana passada pelo presidente da Funai, Mércio Pereira Gomes, de que no Brasil já há muita terra para índios.

ANEXO B

Matéria II

Correio Braziliense, 26 de janeiro de 2006

Gestão problemática

Relatório da CGU aponta superfaturamento em contratos suspeitos assinados pela Funasa, no Mato Grosso do Sul. Vinte e uma crianças guaranis-caiouás morreram no estado no mesmo período

**ERIKA KLINGL
DA EQUIPE DO CORREIO**

Na mesma época em que crianças indígenas morriam de desnutrição no Mato Grosso do Sul, contratos e licitações firmados pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para atender às comunidades indígenas do estado eram direcionados. Entre desvios e irregularidades está o superfaturamento, segundo auditorias realizadas pela Controladoria Geral da União (CGU). O relatório da CGU começou a ser feito logo após a morte das 21 crianças guaranis-caiouás, vítimas da fome, no início do ano passado. Traz uma grande lista de irregularidades, enumeradas em mais de 170 páginas.

O relatório lista o superfaturamento de obras, serviços e compra de medicamentos, enumera despesas com manutenção de veículos sem comprovação de que o trabalho foi executado, além de apontar a falta de controle no processo de distribuição de cestas básicas e das despesas com viagens de funcionários. A CGU cita irregularidades nas autorizações de diárias e passagens a servidores públicos da Funasa, além da antecipação de pagamento para ampliação da rede de abastecimento de água na Aldeia São João (MS), sem que a obra fosse executada.

De acordo com o Relatório de Ação e Controle 00190.001045, assinado pelo ministro Waldir Pires, os auditores da CGU examinaram 65 dos 297 processos de licitação realizados pela Funasa entre janeiro de 2004 e julho de 2005. Foram encontradas 71 irregularidades. O órgão denuncia ainda exemplos de improbidade administrativa, como a ausência de documentos básicos exigidos das empresas participantes e, ainda, o superfaturamento dos serviços e obras.

Veículos

A principal irregularidade ocorreu na contratação da empresa Centro Automotivo Quinhentas Milhas Ltda., que deveria fazer a manutenção preventiva e corretiva dos veículos da Funasa. Segundo a CGU, o contrato teve seu valor alterado em 47,57%. A Lei de Licitações só permite a ampliação de valor do contrato no limite de 25%. “Foi comprovado o pagamento de R\$ 459.653,69 em manutenção de veículos sem respaldo contratual”, aponta o relatório.

Em outro contrato, a CGU descobriu que a Funasa estava pagando pela conservação e reparos de equipamentos e máquinas perfuradoras. O documento aponta: tais dispositivos “não tinham apresentado qualquer problema”. Foram gastos R\$ 240 mil no conserto das máquinas em dezembro de 2004. Tanto naquele mês quanto no anterior, os equipamentos estavam em operação. O órgão também pagou por serviços de manutenção de bombas hidráulicas e geradores, cujos valores foram

50% superiores ao preço desses mesmos equipamentos novos. Houve ainda o pagamento de peças com preço 48% de superfaturamento.

Funai

A CGU também avaliou contratos da Fundação Nacional do Índio (Funai). As denúncias de improbidade contra o órgão estão em processos de compra de bens e serviços, como combustível e lubrificantes, além da manutenção de veículos e tratores. A CGU constatou que falta controle dos bens patrimoniais do órgão.

“Constatamos a relação promíscua que havia entre servidores públicos federais com a prestação de serviços ou fornecedores locais”, afirma o deputado Geraldo Resende (PPSMS). Ele presidiu a comissão externa da Câmara, criada ainda no ano passado para investigar a morte das crianças guaranis-caiouás. “Agora é hora de conseguir esse dinheiro de volta e cobrar até mesmo criminalmente os responsáveis pela morte dos índios”, criticou.

ANEXO C

Matéria III

Correio Braziliense, 27 de janeiro de 2006

Funasa é alvo de nova denúncia

Seis crianças morreram esta semana no Tocantins por falta de atendimento médico. Problema estaria na água, mas líderes apinajés denunciam descaso do órgão federal e afirmam que há desnutrição nas aldeias

**PALOMA OLIVETO
DA EQUIPE DO CORREIO**

Mais seis crianças indígenas morreram por falta de atendimento médico, aumentando para 10 o número de óbitos de meninos e meninas que vivem em aldeias de Tocantins neste início do ano. As mortes mais recentes aconteceram entre os dias 10 e 17 em aldeias apinajés, segundo denúncia do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os líderes apinajés protocolaram no Ministério Público Federal um documento, pedindo a punição da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), responsável pela gestão da saúde indígena no estado. Desde outubro, já soma 16 o número de crianças mortas.

Segundo o líder Antônio Veríssimo Apinajé, morador da aldeia São José, as seis crianças tiveram sintomas semelhantes: vômito, febre, diarreia e gripe. Ele também garante que nas aldeias há casos de desnutrição. Os três carros da Funasa que servem para levar os índios para hospitais estão estragados e não há remédios na farmácia local. Os índios apinajés alertam que os serviços de saneamento básico são precários e que há sete meses o atendimento médico não é prestado nas aldeias. “Em outubro, alguns líderes estiveram em Brasília para denunciar a situação, mas nada foi feito”, relata Laudovina Pereira, coordenadora regional do Cimi.

Dados do Sistema Integrado de Informações Financeiras (Siafi) atualizados ontem indicam que a execução orçamentária de programas voltados à saúde indígena foi baixa em 2005. Para a Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena, estavam previstos R\$ 8,6 milhões. Desse total, 10% voltaram aos cofres da União. E, do restante, o Ministério da Saúde gastou 42,7%. Já o programa de Saneamento Rural, que abrange as terras indígenas, teve execução de 8,19%. R\$ 92,5 milhões estavam destinados às ações.

Água suspeita

A causa das mortes nas aldeias de Tocantins pode estar na água. Em nota, a Funasa se manifestou afirmando que, em 19 de janeiro, solicitou a análise da água consumida na aldeia São José. Os testes feitos pelo Laboratório Central de Referência de Saúde Pública de Tocantins (Lacen) detectaram em algumas amostras a presença de coliformes superior ao indicado para consumo humano.

Outras análises da Divisão de Controle de Qualidade e Pesquisa da Água da Companhia de Saneamento do Tocantins (DICPA), porém, não identificaram

nenhum problema. “Por precaução e até que novas análises sejam realizadas, a Funasa considera o laudo de qualidade da água do Lacen. E está orientando a população para que utilize apenas a água do poço artesiano, evitando, portanto, a ingestão de água proveniente dos córregos”.

A Funasa também alega que já providenciou a desinfecção das caixas d’água que abastecem a aldeia e a Companhia de Saneamento de Tocantins iniciou o trabalho de desinfecção da rede de abastecimento de água e dos reservatórios do local. Na quarta-feira, o órgão enviou uma equipe do Departamento de Engenharia em Saúde Pública para Tocantinópolis, com objetivo de monitorar a qualidade da água consumida nas aldeias. “No que diz respeito ao estado de saúde dos indígenas da região, é possível afirmar, após a realização de visitas domiciliares das equipes médicas da Funasa a todas as famílias da aldeia São José, que não há surto de nenhuma natureza na aldeia”, relatou o órgão, em nota divulgada.

A Funasa informa que “de acordo com informações levantadas pelas secretarias de Vigilância Epidemiológica do governo estadual e municipal, os casos registrados nas últimas semanas correspondem a um aumento sazonal de doenças diarreicas agudas no estado, no período de dezembro a março e junho a julho”. O órgão não reconhece os seis óbitos denunciados pelo Cimi. Contabiliza cinco mortes de crianças indígenas.

ANEXO D

Matéria IV

Correio Braziliense, 26 de março de 2006

Etnias debatem crise na saúde

Em conferência, povos vão discutir com a Funasa como deverá ser o atendimento médico nas aldeias

**PALOMA OLIVETO
DA EQUIPE DO CORREIO**

De amanhã até sexta-feira, a cidade de Rio Quente (GO), a 380km de Brasília, vai se transformar em uma grande aldeia indígena. Seiscentos representantes de diversas etnias discutem, durante a semana, políticas públicas de saúde, uma das áreas consideradas mais problemáticas pelos próprios índios. Segundo o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Paulo Lustosa, a 4ª Conferência Nacional de Saúde Indígena é um marco porque, pela primeira vez, os índios terão influência direta nas decisões. “Este é o encontro em que participação da representação indígena com voz e voto é a maior da história”, diz Lustosa.

Além da gestão participativa, a conferência vai discutir segurança alimentar, direito à saúde e desenvolvimento sustentável. A Funasa também destaca a importância de debater as formas tradicionais de medicina indígena, o que Paulo Lustosa define como o rompimento da noção de uma “saúde de brancos para índios”.

Um dos participantes da conferência é José Arão Marise Lopes, presidente da Associação de Saúde das Sociedades Indígenas de Grajaú, no Maranhão. Apenas em janeiro deste ano, cinco crianças da etnia guajajara, que habitam o estado, morreram por falta de assistência médica. “O Maranhão está estagnado em relação às políticas de saúde indígena. Falta medicamento, não há campanha de vacinação, e há meses algumas aldeias não recebem visita de médicos”, relata.

O líder guajajara diz que uma das reivindicações que vai levar à Funasa é a instalação de outros dois distritos sanitários no estado. Lopes também quer que o órgão do Ministério da Saúde cancele o convênio com a Missão Caiuá, organização não-governamental evangélica escolhida pela Funasa para administrar os recursos voltados à saúde indígena no estado.

O presidente da Funasa afirma que todos os problemas serão debatidos. “Só queremos que todos estejam desarmados, que não haja jogo de culpas, mas uma proposta construtiva”, diz Lustosa. Apesar das queixas, a Funasa vai apresentar indicadores que apontam para a melhoria no atendimento da saúde indígena entre 2000 e 2005. Os dados mostram que o número de servidores da área passou de 6,3 mil para 12,5 mil. Também houve aumento na rede de postos de saúde para atendimento dos índios, das Casas de Saúde Indígena e dos hospitais credenciados pela Funasa para prestar assistência médica à população indígena.

ANEXO E

Matéria V

Correio Braziliense, 18 de outubro de 2006

Questão indígena

ONGs e governo tentam impedir novos suicídios

HÉRCULES BARROS
DA EQUIPE DO CORREIO

Organizações governamentais e não governamentais se mobilizam para tentar reverter a ocorrência de novos suicídios entre os índios guaranis caiouás da reserva indígena de Dourados, no sul de Mato Grosso do Sul. As iniciativas vão desde o reforço na atenção à saúde mental dos índios à proposta pedagógica que ensine as novas gerações a lidar com o choque entre a tradição dos povos indígenas e a influência de outras culturas. Apesar dos esforços, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) considera a situação precária e delicada. Além da falta de terra e de recursos naturais enfrentada pelos índios caiouás, a perda da identidade é agravada pelas dificuldades econômicas e sociais.

“O confinamento em espaços físicos menores desarticula os laços sociais”, afirma o coordenador do Cimi no estado, Egon Heck. Ele observa que o povo guarani caiouá não tem estrutura para o convívio de muita gente em pouco espaço de terra. Nos 3,5 mil hectares da reserva de Dourados, vivem 12 mil índios. “Três índios por hectares é um problema para os caiouás”, critica.

Para amenizar o impacto cultural, o Cimi desenvolve um trabalho de apoio à formação de professores que atuam nas reservas. “O projeto busca preparar os docentes para ajudar as crianças indígenas no entendimento das diferenças culturais”, destaca. De acordo com Heck, o modo de vida do povo guarani caiouá é contrário ao acúmulo de riquezas econômicas. “Eles vivem a lógica da reciprocidade”, explica.

O suicídio é considerado pelos guaranis caiouás como um tipo de feitiço. Os próprios líderes indígenas evitam falar sobre o assunto. “O silêncio é uma tática cultural”, explica a assessora do Cimi, Priscila Carvalho. Só nas duas primeiras semanas de outubro, dois adolescentes cometeram suicídio em aldeias da reserva. De 1990 a 2000, foram registrados 278 suicídios. Nos últimos cinco anos, há registro de 300 casos.

Os primeiros registros de suicídios entre os índios guaranis caiouás remonta ao ano de 1978. Naquele ano, o historiador Antônio Brand, da Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande, decidiu investigar o assunto. A conclusão a que chegou é que não se pode reduzir a questão a uma causa única. Mas há uma razão principal, segundo Brand, que trabalhou no Cimi entre 1983 e 1991: o confinamento de muitos índios em pequenos territórios. De acordo com estudos antropológicos, o espaço é insuficiente para a sua sobrevivência física e cultural.

Drogas e álcool

Segundo a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), no Mato Grosso do Sul a média de morte por suicídio tem sido de um índio por semana. Responsável pelo serviço de saúde indígena, a Funasa atua na região com um programa de saúde mental. No momento, dois especialistas estão no local coordenando as ações da Funasa, mas a situação foi agravada pelo consumo de drogas e bebidas alcoólicas nas aldeias.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) fez um levantamento sobre o problema do alcoolismo e do consumo de entorpecentes entre os índios no Brasil. Foram mapeadas as etnias em situação considerada mais crítica. Além dos guaranis caiouás, a pesquisa destaca como grave a situação das etnias Tikuna, no Amazonas; Pataxó, na Bahia; Xakriabá, em Minas Gerais; e Kaingang, na Região Sul do país.

De acordo com a assessoria de imprensa da Funai, no início do ano foi feita uma oficina com os índios pataxós e, há duas semanas, na reserva dos ticunas. A intenção é amenizar a desestruturação familiar causada pelo alcoolismo. O vício é apontado como agravante para o aumento da violência. Entre os índios sul-matogrossenses foram registrados quatro assassinatos em outubro. Segundo o Cimi, das 43 mortes entre indígenas no Brasil, registradas no ano passado, 29 ocorreram no estado.